

SOCIALISMO
EM DISCUSSÃO

MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES
EMIR SADER - EDUARDO JORGE



GLOBALIZAÇÃO
E SOCIALISMO



SABEMOS QUE O PRAGMATISMO DAS AÇÕES POLÍTICAS DEVE SER EQUILIBRADO PELA REFERÊNCIA CONSTANTE AOS PRINCÍPIOS TEÓRICOS, QUE PARA NÓS SE ENCARNAM NA PALAVRA SOCIALISMO. SABEMOS TAMBÉM QUE NO MOMENTO HÁ MUITA HESITAÇÃO E MUITA DÚVIDA A RESPEITO DO SOCIALISMO. A DERROCADA DA UNIÃO SOVIÉTICA E A DESCARACTERIZAÇÃO DA SOCIAL-DEMOCRACIA NA EUROPA SÃO FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA GERAR ESSES SENTIMENTOS. MAS O SOCIALISMO É ALGO MAIS VASTO QUE SUAS MANIFESTAÇÕES HISTÓRICAS E CONTINUA A SER O CAMINHO MAIS ADEQUADO ÀS LUTAS SOCIAIS QUE TENHAM COMO FINALIDADE ESTABELECEER O MÁXIMO POSSÍVEL DE IGUALDADE ECONÔMICA, SOCIAL, EDUCACIONAL COMO REQUISITO PARA A CONQUISTA DA LIBERDADE DE TODOS E DE CADA UM.

ANTONIO CANDIDO



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Socialismo em discussão

GLOBALIZAÇÃO E SOCIALISMO

Maria da Conceição Tavares

Emir Sader

Eduardo Jorge



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional
do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996

Diretoria

Luiz Dulci – presidente
Zilah Abramo – vice-presidente
Hamilton Pereira – diretor
Ricardo de Azevedo – diretor

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação Editorial

Flamarion Maués

Assistente Editorial

Candice Quinelato Baptista

Revisão

Maurício Balthazar Leal
Márcio Guimarães de Araújo

Capa e Projeto Gráfico

Gilberto Maringoni

Ilustração da Capa

Mário Pizzignacco

Editoração Eletrônica

Enrique Pablo Grande

Impressão

Cromosete Gráfica

1ª edição: outubro de 2001 – Tiragem: 4 mil exemplares

Todos os direitos reservados à

Editora Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – CEP 04117-091 – São Paulo – SP – Brasil

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5571-0910

Na Internet: <http://www.fpabramo.org.br> – Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br

Copyright © 2001 by Editora Fundação Perseu Abramo — ISBN 85-86469-61-0

Apresentação

Luiz Inácio Lula da Silva 5

Prefácio

Antonio Candido 9

A propósito de um debate sobre socialismo e globalização

Maria da Conceição Tavares 11

Prólogo 11

A luta democrática e popular é nacional 11

Uma pequena história do poder na República brasileira 15

Bibliografia 26

Comentários

Eduardo Jorge

Por uma Federação Democrática Internacional 29

Marx e a globalização 31

Articulação internacional 34

Autoridade democrática mundial 36

Comentários

Emir Sader

Globalização e hegemonia norte-americana	41
Hegemonia dos Estados Unidos	43
Alianças internacionais	45
Orçamento participativo e sem-terras	47
Guerra ideológica	49
Cultura política internacional	52

Intervenções do público

Maria Geralda de Paiva	55
Max Altman	55
Darcy Passos	57
Ivan Valente	57

Comentários finais

Eduardo Jorge – Um horizonte novo	59
Emir Sader – Acumulação de forças	61
Maria da Conceição Tavares – Nós estamos na resistência	62

Encerramento do primeiro ciclo dos seminários Socialismo e Democracia

Antonio Candido	67
-----------------------	----

Sobre os autores	69
-------------------------------	-----------

Apresentação

Luiz Inácio Lula da Silva

Em meados de 1999, visitei Antonio Candido para conversar um pouco sobre nosso país, nossos desafios e nossas esperanças. Além de saborear as deliciosas histórias que ele sempre conta, fui brindado com algumas doses da espantosa sabedoria que jorra do alto daqueles 82 anos de uma vida bem vivida, repleta de lutas e marcada por absoluta coerência de ponta a ponta.

Fiz a ele um pedido que apresentei como convocação. Solicitei que emprestasse sua enorme autoridade intelectual, moral e política para estimular a retomada de alguns debates fundamentais para despertar a criatividade e reanimar o ímpeto de uma esquerda que, mesmo representando o que há de mais promissor em nossa terra, nunca está imune aos vícios do acomodamento e ao apego à rotina.

Trocamos idéias sobre alguns temas prioritários e sobre possíveis alternativas para romper o marasmo intelectual que vinha caracterizando nosso país, sob o já longo reinado de FHC.

Antonio Candido ficou de pensar. Algum tempo depois, convidou Paul Singer e Francisco de Oliveira, e eles três, junto com Paulo Vannuchi,



meu assessor no Instituto Cidadania, realizaram inúmeras reuniões e consultas até conceber os seminários Socialismo e Democracia, que o Instituto promoveu em parceria com a Fundação Perseu Abramo e a Secretaria Nacional de Formação do PT, de abril a junho de 2000.

Foram realizados seis seminários que abordaram o socialismo a partir de vários ângulos, para um plenário sempre superior a cem pessoas, entre dirigentes do PT, da CUT (Central Única dos Trabalhadores), parlamentares, lideranças de movimentos populares, membros de equipes de governo, ONGs (organizações não-governamentais), intelectuais, estudantes e convidados em geral. Já na carta-convite para o evento, explicamos que nossa idéia era discutir o que queremos entender por socialismo hoje, para o Brasil e para o mundo. E que não existia, de nossa parte, nenhuma concepção prévia de socialismo e de como alcançá-lo. Queríamos retomar um clima de discussão aberta, no qual pudéssemos expor livremente todas as nossas certezas e dúvidas. Sem exclusão de nenhuma corrente ou facção.

Com a coleção Socialismo em Discussão publicamos o conteúdo básico desses seminários. Queremos que este material seja amplamente divulgado em todo o país, que seja reproduzido, que estimule outros textos e publicações, afastando todas as ameaças de inércia e de mesmice. Queremos que seminários desse tipo sejam realizados nos vários estados, repetindo o produtivo ambiente de franqueza, polêmica, respeito e seriedade que marcou estes encontros. Sobretudo nas atividades de formação política, a contribuição destes cadernos pode ser muito grande.

O êxito e a ampla aprovação obtidos nesta primeira fase tornam obrigatório o prosseguimento das discussões em 2001*, focalizando aspectos cada vez mais concretos e específicos do tema. Já era essa a idéia dos organizadores dos seminários. Eles agora cuidarão da

* Em 2001 foram realizados mais dois ciclos dos seminários Socialismo e Democracia, que serão também publicados pela Editora Fundação Perseu Abramo (Nota do Editor).

tarefa com ânimo redobrado, escalando adequadamente a rica pluralidade de craques ainda não convocados, entre dirigentes partidários, sindicalistas e intelectuais.

Penso que dessa forma estaremos construindo, juntos, uma compreensão do socialismo que esteja realmente à altura das exigências do novo século e que nos habilite a lutar por vitórias que são imperativas e inadiáveis no grave cenário de crise social, injustiças e desigualdades que vem sendo imposto aos brasileiros já de longa data.

São Paulo, junho de 2000

Prefácio

Antonio Candido

Esta série de seminários é um começo. Vamos analisar a experiência que ela produzir a fim de preparar a série do ano que vem, levando em conta os resultados, retificando o planejamento, recolhendo as opiniões. Felizmente, o que não falta no PT são pessoas capazes de atuar como expositores e comentadores. Elas serão progressivamente convidadas, atendendo sempre à gama de opiniões que caracteriza o partido.

Sabemos que o pragmatismo das ações políticas deve ser equilibrado pela referência constante aos princípios teóricos, que para nós se encarnam na palavra socialismo. Sabemos também que no momento há muita hesitação e muita dúvida a respeito do socialismo. A derrocada da União Soviética e a descaracterização da social-democracia na Europa são fatores que contribuíram para gerar esses sentimentos. Mas o socialismo é algo mais vasto que suas manifestações históricas e continua a ser o caminho mais adequado às lutas sociais que tenham como finalidade estabelecer o máximo possível de igualdade econômica, social, educacional como requisito para a conquista da liberdade de todos e de cada um.

Isso mostra que o socialismo é conceito e realidade válidos e legítimos, tornando necessário estudá-lo, debatê-lo, ajustá-lo ao tempo. Só



assim um partido como o PT evitará o risco de perder sua bússola ideológica na dispersão das necessárias operações táticas. De fato, sabemos que a referência constante à reflexão e ao debate é indispensável nas organizações políticas de esquerda, porque sem isso elas podem desfigurar seus componentes mais válidos e naufragar no oportunismo. Há uma solidariedade profunda entre teoria e ação, e uma das contribuições mais importantes do marxismo é a idéia de que pensar corretamente a sociedade leva à necessidade de transformá-la. E nisto reside uma das razões de ser do socialismo.

Esperemos que esses seminários sejam o começo de uma atividade permanente, que ajude o PT a conservar sua capacidade de luta política correta. Mesmo porque, na diversidade de nossas tendências internas, há um grande ponto de encontro, que mantém nossa comunhão e nossa solidariedade fraternal acima das diferenças: esse ponto de encontro é precisamente o socialismo.

São Paulo, junho de 2000

A propósito de um debate sobre socialismo e globalização

Maria da Conceição Tavares

Prólogo – Este pequeno ensaio foi escrito como reflexão posterior, quase um ano depois do debate “Socialismo e globalização”, ocorrido na sede do Diretório Nacional do PT em junho de 2000. Dada a confusão reinante provocada pelo meu estilo de debater, foram distribuídos previamente aos debatedores dois trabalhos meus de referência: “Globalização e Estado nacional” e “Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes” (ver Bibliografia). As intervenções dos debatedores e a minha resposta estão no final deste livro. Este novo ensaio que abre o livro, como é visível, prende-se a uma visão de mais longo prazo dos problemas da luta contra os sucessivos pactos de dominação no mundo e em nosso país, que não tem qualquer relação com a conjuntura, mas pretende situar a luta das classes populares numa perspectiva histórica.

A luta democrática e popular é nacional – A atual forma de inserção na globalização capitalista (ver TAVARES e FIORI, 1997), se não for revertida, pode destruir as economias nacionais de vários países, limitar ainda mais a soberania restrita dos Estados nacionais periféricos, mas não destrói necessariamente as lutas populares e



democráticas para a construção de uma nação mais justa e um povo mais capaz de se autogovernar para sobreviver com dignidade nesse mar de iniquidades e prepotências locais e imperiais. Os ex-domínios britânicos e as ex-colônias européias não tinham soberania nacional, mas algumas foram capazes de se autodeterminar como povos, com várias formas de luta e organizações populares e, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial, tiveram reconhecida sua condição de Estados nacionais. Cuba está cercada pelo neo-imperialismo e nem por isso deixou de se autodeterminar como nação, fazendo avançar os direitos sociais básicos do seu povo. A Venezuela está tentando reforçar a sua “república bolivariana” pela via eleitoral, na qual ganhou várias vezes com o apoio popular, embora continue economicamente dependente do único ativo estatal que lhe resta: o petróleo. Mesmo que vários países latino-americanos venham a sucumbir à violência do capital financeiro e do centro imperial, não morrerá a história das lutas contemporâneas em *nuestra* América, nem a força das lutas populares nas ruas das cidades (de Caracas a Buenos Aires) e nas áreas rurais (do México à Colômbia).

Cada país teve de reinventar o seu destino, nas guerras interimperialistas, nas brechas das profundas crises internacionais capitalistas, nas lutas antiimperialistas de libertação nacional e nas grandes crises históricas de nacionalidade, como a que está ocorrendo hoje no Brasil. A razão pela qual não chegamos aos paroxismos argentino, colombiano, peruano e mexicano é que ainda não fomos completamente desestruturados como economia nacional e como Estado nacional (ver TAVARES, 1997). Apesar da heterogeneidade social e por mais injusto e submisso à “nova ordem mundial” que seja o atual pacto de dominação, ainda continuamos a luta por uma nação! Os impérios mudam, as periferias mudam, mas, em primeira e última

instância, é a ruptura do pacto de dominação interna, e, portanto, a luta política no território concreto do espaço nacional, que abre caminhos para o avanço dos direitos populares à vida e à autodeterminação, chame-se ele socialismo, libertação nacional ou aliança democrático-popular.

Os nomes não importam. As rupturas históricas com o passado de opressão e as lutas incessantes dos povos não se repetem do mesmo modo. Não há “etapas” nem “modelos”, mas, ao contrário do que disse o grande poeta, existem caminhos. Há mais de 300 anos que existem experiências de enfrentamento com o “capitalismo global”, com caminhos populares próprios de cada espaço nacional de luta de classes. Os rumos, estratégias e táticas políticas dependem das conjunturas históricas (da geopolítica e da geoeconomia), mas também da união, do discernimento e do avanço das organizações populares em cada país (ver TAVARES, 2000).

É sempre bom lembrar que as lutas recentes dos trabalhadores brasileiros surgiram de mil maneiras, às claras na luta contra a ditadura, mas também nas lutas concretas das organizações populares nos anos de chumbo, que só ficaram visíveis a partir de 1977. O Partido dos Trabalhadores tem apenas 21 anos, mas as memórias dos combatentes pela liberdade e pelo socialismo que alimentaram estes seminários, que o PT em boa hora promoveu, têm tantos anos de existência quanto o capitalismo moderno. No caso brasileiro, começaram com as lutas pela descolonização. Se estas ainda não terminaram e têm de ser continuamente repostas, apesar de todas as derrotas, é indiscutível o avanço do povo brasileiro e dos vários partidos e movimentos sociais dos trabalhadores, sobretudo dos atuais, entre os quais o PT cumpriu um papel decisivo na organização e nos rumos que tomaram as lutas democráticas e populares nas duas últimas décadas.

O socialismo não é uma utopia, mas um caminho sempre reinventado para chegar a uma sociedade sem dominação de classes. A luta socialista tem se desenvolvido de forma desigual, e o socialismo não está assegurado pela “propriedade estatal ou autogestionária dos meios de produção” nem se tornará hegemônico (no sentido gramsciano) enquanto a expansão quase ininterrupta dos impérios anglo-saxônicos garantir a “ordem mundial” capitalista e a hegemonia do “globalitarismo”. O socialismo não é uma categoria universal racional, é uma luta contínua que se tornou particularmente dramática e de resultados imprevisíveis com a formidável concentração do poder econômico, financeiro e das comunicações do atual centro imperial.

As armas atômicas e a propriedade estatal dos meios de produção não garantiram a sobrevivência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), nem a experiência autogestionária da jovem república iugoslava do pós-guerra impediu Kosovo. Mas, muito antes que o modo de produção capitalista termine historicamente, é possível não apenas travar, num só país, uma luta de “horizonte socialista”, mas sobretudo afiançar algumas experiências democráticas e populares concretas que dependem da acumulação de forças sociais, culturais e políticas que cada país ou região possa ter feito no seu passado e nas lutas do presente com vistas a um futuro melhor. A atual crise mundial e brasileira abre caminhos para o avanço da luta democrática e popular, condição para reconstruir uma nação com a qual o povo brasileiro possa se identificar, não apenas pelos símbolos e pela cultura, mas sobretudo pela conquista efetiva dos seus direitos de cidadania, políticos, econômicos e sociais.

Só os países com pretensões hegemônicas mundiais têm projetos internacionais globais. Os resultados catastróficos dessas pretensões são conhecidos. Os países de capitalismo tardio ou de socialis-

1. Ver, por exemplo, os livros das coleções *Intérpretes do Brasil*, da Editora Nova Aguilar, e *Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro*, da Publifolha, citados na Bibliografia deste ensaio.

mo subdesenvolvido só podem ter “projetos nacionais” que levem em conta as restrições externas de sua inserção internacional específica. Que estes dêem resultado ou não depende da identificação da “nação real” com os três elementos que a constituem como experiência histórica: povo, território e Estado. As formas de organização social e os pactos de dominação têm mudado, as formas da luta de classes também, mas nenhum país moderno sobrevive sem um mínimo de representação-identificação com a chamada “soberania popular”. Trata-se de fundamento político e ideológico da “soberania limitada” de um Estado nacional ante a ordem mundial, globalmente hierarquizada (FIORI, 1999).

Uma pequena história do poder na República brasileira – Não paro de me espantar com a “criatividade” das oligarquias brasileiras para se manter no poder em qualquer conjuntura, mesmo quando ocorrem mudanças estruturais importantes no padrão de desenvolvimento nacional e internacional, no pacto de dominação regional e no regime político, como as que sucederam nas crises de 1930 e dos anos 80 e 90 do século XX. As relações entre Estado territorial e autoritarismo, por um lado, e entre capitalismo central e periférico, mercado interno e classes sociais, por outro, sempre foram problemáticas e perpassam as nossas “obras magnas” sobre “formação nacional”¹. A dominação econômica tem sido muito discutida – ver as obras de Caio Prado e Celso Furtado, por exemplo. Vou me aventurar a alinhar algumas idéias sobre ruptura política e pacto de dominação nas grandes crises nacionais e internacionais que assolaram este país desde finais do século XIX até o final do século XX².

A proclamação da República brasileira introduz os militares na política nacional de forma cada vez mais abrangente – a grande crise e

2. Minhas reflexões mais amplas sobre dominação política-econômica-social podem ser vistas em “Império, território e dinheiro” (TAVARES, 1999). Para um desdobramento posterior sobre o pacto de dominação e luta de classes, ver meu ensaio-homenagem a Celso Furtado, “Subdesenvolvimento, dominação e lutas de classes” (TAVARES, 2000).

as rupturas do fim do Império e na crise de 1930 –, até convertê-los, em 1964, de poder arbitral nos conflitos das oligarquias regionais em “poder nacional”. O único poder que se considerava o guardião acabado do lema da bandeira: “Ordem e progresso”. As transformações mais importantes na organização da “corporação militar” ocorrem a partir do Estado Novo e, sobretudo, depois da Segunda Guerra Mundial, com a mudança progressiva da doutrina e da forma de organização das escolas militares e dos estados-maiores, até alcançar uma visão geopolítica e geoeconômica diante da ordem mundial que pode ser sintetizada na doutrina Segurança e Desenvolvimento que predominou no período 1964-1985.

A hierarquia e a profissionalização da corporação militar se iniciam com a República e se completam para fins estratégicos de coordenação de mando em Estado-Maior das Forças Armadas. A ideologia da disciplina e dos interesses nacionais é ensinada nas escolas militares de cada corporação. Mas a visão do que era interesse nacional não passava pelo povo, passava pela defesa do território, salvo algumas dissidências internas que surgiram nas crises dos anos 30 e dos anos 60. A visão de segurança interna passou sempre pela repressão das lideranças políticas de esquerda e das lutas populares. A partir de 1958, a Escola Superior de Guerra e a Escola de Estado-Maior foram os bastiões supremos da geopolítica nacional e da inserção do país na geopolítica internacional. O Itamaraty (“a casa de Rio Branco”) encarregava-se apenas da diplomacia formal e da formação de quadros da “sociedade civil” para funções de governo nas tarefas de relações internacionais.

A idéia de potência regional vai tomando corpo nas brechas das mudanças que ocorrem nos centros do poder mundial. Apesar de a Guerra Fria estar no auge em 1961, o governo Jânio Quadros, com

seu chanceler Afonso Arinos, inaugurou uma política “terceiro-mundista” de não-alinhamento automático com os Estados Unidos. Esta política foi interrompida com o golpe militar de 1964 e retomada mais tarde pelo governo Geisel (1974-79), depois da crise da hegemonia norte-americana com a derrota no Vietnã, a ruptura do sistema de Bretton Woods e a emergência da Europa continental e do Japão como pólos alternativos econômicos e tecnológicos. A visão geopolítica do general Golbery do Couto e Silva continuou orientando Geisel, depois de ter sido o principal orientador da Escola Superior de Guerra e o fundador do Serviço Nacional de Informação (SNI). Apesar de sua adesão à “internacionalização” do mercado interno pela expansão do investimento direto estrangeiro, Golbery avaliava, na segunda metade da década de 1970, que a hegemonia norte-americana tinha chegado ao fim. O mundo multipolar já estava à vista e o Brasil tinha chance de se qualificar como potência intermediária, com hegemonia na América do Sul, desde que deslocasse o eixo de sua política externa em relação à Argentina. Inaugurou-se também uma política de aproximação com o Japão e a Alemanha e com os países do Terceiro Mundo não-alinhados. Finalmente, uma parte dos intelectuais “progressistas” brasileiros que sobrou no Brasil embarcou nessa tese.

A década de 1980 está marcada pela nossa “transição democrática”; pelo esgotamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), ambicioso projeto baseado no crescimento do investimento estatal; pela retomada da hegemonia norte-americana no governo Reagan, a partir da crise mundial de 1980-1982 (ver TAVARES e MELIN, 1997); e, finalmente, pela desestruturação da União Soviética no final da década.

Nos anos 90, com uma década de defasagem, o governo brasileiro aderiu aceleradamente à era do neoliberalismo e da “globalização

financeira”: processo de desregulamentação dos mercados de capitais, cambial e financeiro, privatizações das estatais e desnacionalização dos bancos. Os governos brasileiros desse período acompanharam passivamente as mudanças drásticas na geoeconomia e na geopolítica mundiais. Como resultado dessas mudanças, as Forças Armadas ficaram aparentemente sem “doutrina positiva” e sem política de segurança nacional clara.

O outro estamento decisivo para os destinos do Estado brasileiro, desde sua formação, foram os advogados e os legisladores. Os bacharéis do poder civil sempre tentaram organizar os códigos e as normas que dizem respeito à mal chamada “sociedade civil”, isto é, os direitos de propriedade. No caso de golpes militares, os juristas e legisladores sempre correram atrás do prejuízo. Foram elaborando, depois de cada golpe militar ou mudança de regime político, uma nova Constituição da República. É fantástico contrastar a longa duração da Lei de Terras e do Código Comercial de 1850, e até mesmo do Código Civil, diante das freqüentes mudanças da Constituição brasileira, que deveria regular de forma estável os direitos fundamentais dos cidadãos. Da Revolução de 1930 para cá, a forma como os direitos sociais das nossas Constituições entram e saem e o caráter crescentemente restritivo do papel da Federação – mesmo na Constituição da Nova República, de 1988, e sobretudo no período da hegemonia neoliberal da década de 1990 – merecem um estudo mais detalhado, que seguramente invalidará qualquer ideologia geral ou filosofia do direito positivo, na qual foram tão profícuos os nossos bacharéis. Depois da desconstrução da Constituição de 1988, perpetrada com enorme rapidez e violência por boa parte dos legisladores que ajudaram a montá-la, instaurou-se o reinado do arbítrio “democrático” neoliberal. O Poder Judiciário deixou de ter uma doutrina

definida sobre qualquer assunto nacional relevante, ficando entregue a lutas *intracorporis* levadas pelas conjunturas mais variáveis, isto é, continuam correndo atrás do prejuízo e a reforma do Poder Judiciário permanece inacabada.

A proclamação da República confirmou a hegemonia paulista no pacto de dominação burguês-oligárquico. O poder econômico do complexo cafeeiro foi reforçado pelo nexos entre a sua burguesia e os centros financeiros internacionais. Daí em diante, cada vez que este nexos se rompe e força uma mudança no padrão de financiamento da acumulação de capital torna-se necessária a intervenção crescente do Estado (Caixa de Conversão, Tesouro Nacional, Banco do Brasil) e, mais tarde, do sistema de instituições financeiras públicas (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Banco Central etc.) para repor as condições de valorização da riqueza privada. Um dos exemplos históricos mais duradouros de intervenção do Estado na economia foi a política de valorização do café, que teve início com o Acordo de Taubaté de 1905, passou pela queima dos estoques de café na década de 1930 e durou até quase o final do segundo governo Vargas, no começo de 1954.

Por outro lado, as políticas macroeconômicas, sobretudo as cambiais, as monetárias e as de ajuste fiscal, nunca permitiram caracterizar nenhum governo da República como exclusivamente liberal ou desenvolvimentista. Aliás, as políticas macroeconômicas de Vargas, desde 1930 até 1954, são o próprio exemplo de pragmatismo. O mesmo pode ser dito do período da ditadura militar. A única exceção republicana é a década de 1990, quando finalmente a “onda neoliberal” globalizante nos avassalou completamente.

As mudanças no valor e na denominação da nossa moeda são ainda mais freqüentes do que as das regras jurídicas, e têm conduzido os

economistas a substituírem com rapidez os bacharéis da República no comando do Executivo, a partir do início da década de 1960. As elites políticas e financeiras da República nunca se preocuparam a sério com a natureza do “déficit fiscal”, salvo quando ele implicava uma relação de natureza financeira que ligava a dívida pública à dívida externa, pressionadas pela dificuldade de continuar ou renegociar o crédito externo. Nenhuma política de tipo fiscal tentou implementar o pleno emprego, e a oposição entre “keynesianos” e “ortodoxos” sempre foi meramente acadêmica. O nível de consumo das massas nos sucessivos programas de desenvolvimento subiu à custa da expansão do crédito e do endividamento, e nunca com o aumento de salários acompanhando o aumento da produtividade. Vale dizer, nunca tivemos nenhum “modelo fordista”, apesar de a luta das classes trabalhadoras ter conseguido ao longo de décadas algumas conquistas dentro da grande empresa ou de ramos industriais específicos. Elas sempre se revelaram transitórias, seja pela interrupção dos avanços democráticos, seja pelas crises recentes a partir da hegemonia neoliberal. Os “pactos” de dominação internos se mantiveram essencialmente “oligárquicos” ou “plutocráticos”.

No Brasil, os economistas neoclássicos ou neokeynesianos sempre estiveram de acordo em lutar contra o “populismo macroeconômico”, desde que este não se achasse a favor das classes dominantes. A história do salário mínimo, de 1958 em diante, é exemplar a esse respeito. Assim, do ponto de vista das “políticas macroeconômicas”, as elites tecnocráticas que dirigiram sucessivamente o Ministério da Fazenda, o Banco do Brasil e o Banco Central trabalharam sempre com uma “macroeconomia” da concentração da renda e da riqueza que permitia apenas uma acumulação patrimonial das elites, mesmo quando a “teoria” fosse outra.

Do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, a chamada sociedade civil sempre pediu ao Estado uma expansão da infraestrutura, não para planejar o desenvolvimento econômico sustentado, mas, no máximo, para desfazer “engarramentos”, obter “economias externas” para as grandes empresas e bons negócios para as construtoras. A idéia do “planejamento nacional” esteve sempre limitada a uma parte da burocracia civil e militar, em particular aos defensores da “engenharia nacional”, vide os debates constantes no Clube de Engenharia e no Clube Militar. O “Partido dos Empreiteiros”, que vem florescendo em franca evolução capitalista desde a República, sempre cuidou dos “bons negócios”, mesmo quando isso implicava freqüentemente desvios de rota dos planos traçados pelos burocratas de Estado. O “Partido dos Ruralistas” resistiu tenazmente – quase sempre apelando à violência política, exercida direta ou indiretamente – à introdução da reforma agrária pedida pelas elites esclarecidas da República. Resistiram até mesmo à implantação do Estatuto da Terra do governo Castello Branco (1964-1967), o primeiro presidente militar depois do golpe de 1964.

Do ponto de vista das relações sociais básicas do capitalismo brasileiro, temos um problema clássico de heterogeneidade, que já foi discutido no *Capitalismo na Rússia* de Lenin e retomado por Caio Prado Júnior em *A revolução brasileira*, por Florestan Fernandes em *A revolução burguesa no Brasil* e com enorme competência por J. M. Cardoso de Mello em *Capitalismo tardio*. A burguesia cafeeira paulista foi uma das primeiras a introduzir o trabalho assalariado imigrante e uma das últimas a abandonar a defesa da escravidão como bom negócio, tendo como pano de fundo o excesso de “homens livres da ordem escravocrata” (ver FRANCO, 1969). Estes só vieram a ter utilidade como trabalhadores assalariados com o crescimento metropolitano das cidades.

Com a intensificação da urbanização, deu-se a ascensão de um novo patronato urbano ligado aos negócios de obras públicas, e a valorização imobiliária sempre teve como suporte para a acumulação privada a ocupação do poder político do Estado por seus prepostos “profissionalizados”. Esse tipo de político urbano vai muito além do “tipo ideal” weberiano do “patrimonialismo” ou da versão brasileira de Raymundo Faoro em *Os donos do poder*. A exploração empresarial do trabalho nas grandes cidades se exerce sobre uma parcela reduzida de trabalhadores assalariados organizados e um excesso de “homens livres” expulsos da terra pela violência dos “coronéis” e da expansão capitalista do latifúndio e atraídos à cidade sobretudo pela expansão da construção e dos serviços metropolitanos. Esta situação de grande “anarquia” e heterogeneidade social faz surgir um novo tipo de “dominação burguesa urbana”, a qual propiciou a emergência de lideranças políticas sem os “princípios éticos” de que sempre se gabaram o “patriciado” paulistano e a burocracia civil e militar do Rio de Janeiro. Assistiu-se, assim, simultaneamente, à expansão do poder econômico cada vez mais concentrado, do conservadorismo político das chamadas “classes produtoras” e ao “rouba mas faz” das várias gerações de governantes urbanos que evoluíram mais recentemente para um comportamento francamente celerado.

A disputa racional-administrativa pelo poder local foi obra de alguns “engenheiros positivistas” desde o começo do século XX até 1930 (as reformas urbanas do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo). Com a exceção dos sanitaristas (sobretudo no Rio), poucos se preocuparam com as condições de vida do povo.

A disputa pelo poder local “ética-administrativa-participativa” teve como exceção mais duradoura a velha Frente de Esquerda do Recife, de 1958, que se repetiu em 2000 e só começou a se ampliar na

década de 1980 com algumas administrações exemplares do PT, que daí tirou grande parte da sua força eleitoral na última década. A capacidade de generalização (de baixo para cima) do poder local, do estadual ao federal, é uma hipótese por testar, mas dificilmente exequível numa situação de crise econômica e social como a que ocorreu desde as décadas de 1980 e 1990.

O Estado desenvolvimentista nas suas várias versões – Vargas, JK, Médici e Geisel – terminou com a crise nacional e internacional de 1982, e levou juntos de roldão o padrão de acumulação e o regime militar. Mas restabeleceu o pacto de compromisso das elites regionais civis e militares que caracteriza a Nova República. Depois de várias crises dos governos de transição, os “paulistas” subiram novamente ao Poder Executivo, com o auxílio dos “cariocas” neoliberais e cosmopolitas do Rio de Janeiro, que ocupam até hoje os postos relevantes do Ministério da Fazenda e do Banco Central.

Neste começo de século é difícil entender a obsessão do presidente Fernando Henrique Cardoso em destruir a era Vargas, que já foi para o espaço, de qualquer ponto de vista, pelo menos desde 1987, quando ocorreu a primeira moratória temporária da dívida externa brasileira desde o período 1931-1937. O comportamento de FHC, ao mirar-se no seu espelho invertido de mil reflexos históricos regressivos, o impediu de avançar em qualquer direção que redemocratizasse de fato a nossa “nova” República. Do ponto de vista constitucional, foi além dos generais e da República Velha, destruindo uma das regras básicas do Estado republicano brasileiro sob qualquer regime político: a não-reeleição do presidente. Finalmente, centralizou os poderes presidenciais de tipo “cesarista” e governou por medidas provisórias, fazendo, além disso, quantas “contra-reformas” da Constituição de 1988 lhe foram possíveis com apoio na mais extensa alian-

ça política conservadora de que se tem notícia na história republicana do país. Com algumas delas tentou liquidar de vez a Federação sem destruir o “pacto oligárquico”. Com outras, destruiu parte das forças produtivas nacionais a pretexto de submetê-las a um “choque de abertura competitiva”. Reduziu à insignificância o nosso comércio exterior (0,68% do comércio mundial) e liquidou com qualquer pretensão a uma “inserção dinâmica” na economia internacional. Enfim, tornou o nosso capitalismo “dependente-associado” um mero vassalo das finanças internacionais, levando ao limite a sua “pseudo” coerência teórica dependentista e globalizante.

Dos direitos sociais duramente conquistados pelas classes subordinadas e finalmente expressos democraticamente na Constituição de 1988, o atual governo pode ser qualificado como o seu liquidante, uma vez mais a pretexto de “modernizar” o país e acabar com o corporativismo da era Vargas! À luz dos grandes negócios da burguesia paulista e “nacional-associada”, o governo FHC transformouse por meio das privatizações num leiloeiro perdedor no mercado global. À luz do novo imperialismo, converteu o governo brasileiro em um “consulado” de 25ª categoria do centro imperial global (é assim que constamos da lista de prioridades do Departamento de Estado norte-americano) e, finalmente, como celebrante principal da missa dos 500 anos do “Descobrimento do Brasil”, passará à história como um renovador modernizante do “estatuto colonial”.

Não importam as qualificações ou o destino de FHC, o que a esquerda e as forças populares organizadas precisam ter mais claro – com todo o respeito aos meus mestres Celso Furtado, Florestan Fernandes, Caio Prado Jr. e às conjunturas de suas análises – é que a construção da nação não está interrompida, está por (re)fazer a revolução burguesa, não está por completar, por meio da passagem a

uma “ordem competitiva”, e, finalmente, a revolução brasileira não depende apenas dos erros da esquerda, da construção das forças produtivas ou da unificação capitalista do mercado interno. A nação, a ordem democrática ou o socialismo só podem ser construídos pelo acúmulo das experiências adquiridas na luta pela ampliação e pela participação das representações populares na administração do poder político e social em todos os níveis. Sem isso não haverá reformas sociais e econômicas duradouras. Estas terão de ser obtidas por uma mudança de eixo no modelo de desenvolvimento econômico, social e político, e levadas a cabo por governantes brasileiros que representem a maioria das forças populares e sejam capazes de fazer avançar a reconstrução da nação brasileira, radicalizar a democracia e ter como horizonte uma sociedade mais justa, igualitária e capaz de se autodeterminar.

Do ponto de vista teórico ou prático, é evidente que convém fazer uma reavaliação crítica da nossa história, e não apenas dos ideais republicanos e socialistas. Ficando apenas no terreno das idéias, é perfeitamente compreensível, a qualquer ser pensante, ter idéias confusas e contraditórias a respeito do que vem acontecendo no mundo ou no nosso país. Mas não convém continuar até o cansaço fazendo falsas oposições: Estado X mercado, autogestão X planejamento, democracia direta X representativa, poder nacional X poder global. É melhor fazer um balanço das conquistas democráticas do século XX, sem universalizá-las a partir da experiência de meia dúzia de países centrais, e tentar fazer avaliações estruturais da conjuntura (no sentido de Caio Prado, 1966). Evitar o vício do “economicismo macroeconômico”, apoiar e, se possível, orientar a luta dos movimentos sociais por um aumento da participação popular e democrática na administração da vida política cotidiana e na democratização do Estado que não se limite

a reerguer o Estado de direito clássico. Todos esses tipos de luta, a crítica, a política ativa e a da administração participativa, estão no cerne de qualquer concepção que se tenha sobre o que possa vir a ser um projeto de socialismo democrático neste país.

Bibliografia

- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre, Editora Globo, 1958.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974.
- FIORI, José Luís. “De volta à questão da riqueza de algumas nações” e “Estados, moedas e desenvolvimento”. In: FIORI, J. L. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, IEB/USP, 1969.
- GRANDES Nomes do Pensamento Brasileiro. São Paulo, Publifolha, 2000. Esta coleção é composta pelas seguintes obras: *Capítulos de história colonial*, de Capistrano de Abreu; *Os sertões*, de Euclides da Cunha; *Os donos do poder*, de Raymundo Faoro; *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado; *Visão do paraíso*, de Sérgio Buarque de Holanda; *Formação histórica da nacionalidade brasileira*, Oliveira de Lima; *O abolicionismo*, de Joaquim de Nabuco;

Formação do Brasil contemporâneo, de Caio Prado Júnior; *O processo civilizatório*, de Darcy de Ribeiro; *Projetos para o Brasil*, de José Bonifácio de Andrada e Silva; *Literatura e sociedade*, de Antonio Candido de Mello e Souza.

INTÉRPRETES do Brasil. São Paulo, Publifolha, 2000. Esta coleção é composta pelas seguintes obras: *Capítulos de história colonial*, de Capistrano de Abreu; *Os sertões*, de Euclides da Cunha; *Os donos do poder*, de Raymundo Faoro; *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado; *Visão do paraíso*, de Sérgio Buarque de Holanda; *Formação histórica da nacionalidade brasileira*, Oliveira de Lima; *O abolicionismo*, de Joaquim de Nabuco; *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior; *O processo civilizatório*, de Darcy de Ribeiro; *Projetos para o Brasil*, de José Bonifácio de Andrada e Silva; *Literatura e sociedade*, de Antonio Candido de Mello e Souza.

MEDEIROS, Carlos. “China: entre os séculos xx e xxi”. In: FIORI, J. L. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes, 1999.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1966.

TAVARES, Maria da Conceição. “A retomada da hegemonia norte-americana”. In: TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. (orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, Vozes, 1997.

TAVARES, Maria da Conceição, e MELIN, Luiz Eduardo. “Pós-escrito1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana”. In: TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. (orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, Vozes, 1997.

- TAVARES, Maria da Conceição. “Globalização e Estado nacional”. *Revista Conjuntura Econômica* (Edição Especial 50 Anos de Conjuntura Econômica – Meio Século de Brasil). Rio de Janeiro, FGV, nov. 1997.
- TAVARES, Maria da Conceição. “Império, território e dinheiro”. In: FIORI, J. L. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- TAVARES, Maria da Conceição. “Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes”. In: TAVARES, M. C. (org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

Comentários*

Eduardo Jorge

Por uma Federação Democrática Internacional – Sou militante socialista de 1968. Este ano, 1968, é uma espécie de fusão das idéias anarquistas, liberais, socialistas e comunistas, por isso tive a felicidade de misturar Trotski com libertários, Lenin com feministas etc. Assim, termina-se por ter um pouco de independência, e não se fica tão prisioneiro, de um ponto de vista ideológico, como outros companheiros valorosos do passado.

Vou fazer meus comentários a partir não só da exposição de Maria da Conceição Tavares, mas também dos textos de sua autoria citados por ela. Conceição afirmou em várias ocasiões que o controle das inovações tecnológicas, por um lado, e a resistência baseada na cultura nacional, por outro, são duas grandes macrotendências que têm de ser dominadas para se entender a globalização moderna. E, pelo que pude perceber, ela tem a tendência em localizar essa resistência, que identifica com a construção do Estado nacional, sempre em períodos de autoritarismo no Brasil. É verdade que ela diz também que dificilmente um projeto nacionalista autoritário tem alguma chance de prosperar na fase atual. Mas sua argumentação é toda atravessa-

* Os comentários de Eduardo Jorge e Emir Sader, assim como o debate com o público, se basearam em exposição feita por Maria da Conceição Tavares, cujo conteúdo, como informado no “Prólogo” da página 11, foi diferente em alguns pontos do texto apresentado nas páginas anteriores (Nota do Editor).

da por referências a Getúlio, a Geisel etc., figuras identificadas com períodos em que houve tentativas de um projeto comandado por nacionalistas autoritários.

Um ponto importante que percebo nessa argumentação é a não-valorização da explosão cultural que houve entre 1955 e 1964. Aquele foi um período democrático inigualável do ponto de vista cultural, no cinema, no teatro, na música e até no futebol. Foi provavelmente o período mais rico, de maior explosão da cultura e da nacionalidade brasileiras. Isso é uma afirmação da nação tanto ou mais do que as questões econômicas, as questões financeiras, e essa é uma lacuna na exposição de Maria da Conceição Tavares.

Em relação à questão da globalização e do Estado nacional, ela reconhece que existe uma parte da economia, os fluxos de capital financeiro, que está desterritorializada, a ponto de não ter sequer registro nos bancos centrais. Conceição identifica os Estados Unidos como nosso principal adversário – aliás, a globalização para ela nada mais é do que um conjunto de políticas e de iniciativas da potência dominante.

Ao fazer o contraponto e encontrar alguns modelos de possíveis alternativas, e talvez alguns potenciais aliados que se aventurem a enfrentar o novo César, ela aponta a China e a Índia, países que sabemos que têm importância econômica e política, mas que são hoje modelos políticos pouco atraentes: o primeiro, uma ditadura que continua a utilizar a matriz stalinista, embora tenha abandonado alguns de seus princípios; o segundo, um país que vem sendo controlado por um partido de direita, religioso e altamente nacionalista, que está ameaçando até retomar a guerra com o Paquistão. Parece-me que, ao localizá-los como exemplos de resistência e de possibilidades, é necessário também considerar o contexto que está possibilitando esse tipo de resistência.

Conceição aponta o decréscimo da autonomia do Estado-nação e diz que a saída passa pela luta de cada país contra essa tendência, e que os países devem defender os interesses dos seus cidadãos. Aonde essa luta poderá chegar? Quais das suas perspectivas se restringem à resistência isolada de um país? Ela ressalta também a importância da cultura como elemento-chave na resistência para a manutenção da nação e do Estado-nação, com o que eu concordo. Ressalta ainda a tarefa de regenerar o Estado brasileiro, ter objetivos nacionais, investimentos políticos, sociais e econômicos a longo prazo, e uma inserção internacional soberana, que não seja subalterna, com o que também concordo.

Mas acho que isso não é suficiente, em relação tanto ao Brasil como a outros países e nações, para enfrentar a atual fase do capitalismo.

Marx e a globalização – Com relação às referências a Marx, vale lembrar que há no *Manifesto Comunista*, escrito em parceria com Engels, uma parte analítica de crua atualidade. Vejamos este trecho:

“Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para grande pesar dos reacionários, ela retirou a base nacional da indústria. As indústrias nacionais tradicionais foram, e ainda são, a cada dia destruídas. São substituídas por novas indústrias, cuja introdução se tornou essencial para todas as nações civilizadas. Essas indústrias não utilizam mais matérias-primas locais, mas matérias-primas provenientes das regiões mais distantes, e seus produtos não se destinam apenas ao mercado nacional, mas também a todos os cantos da Terra. Ao invés das necessidades antigas, satisfeitas por pro-

duto do próprio país, temos novas demandas supridas por produtos dos países mais distantes, de climas os mais diversos. No lugar da tradicional auto-suficiência e do isolamento das nações surge uma circulação universal, uma interdependência geral entre os países. E isso tanto na produção material quanto na intelectual. Os produtos intelectuais das nações passam a ser de domínio geral. A estreiteza e o isolamento nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis, e das muitas literaturas nacionais e locais nasce uma literatura mundial”¹.

Mas há partes da obra de Marx que são datadas, por exemplo as que tratam da questão colonial, em que o pensamento marxista defendia como necessária a presença inglesa na Índia e na China, porque ali não havia, segundo ele, senão bárbaros. Ou quando defendeu o assalto que os Estados Unidos fizeram ao México, roubando toda aquela região do Novo México e da Califórnia. Portanto, é claro que Marx tem descobertas universais, mas também tem pensamentos marcados tanto pelo eurocentrismo, na visão sobre o colonialismo, como também pelo seu cosmopolitismo ingênuo. E não só ele pensava assim; os liberais da época também achavam que o mercado iria trazer o governo mundial e democrático rapidamente.

Assim, penso que nós, que somos um partido socialista e um partido dos trabalhadores, temos que nos vacinar contra dogmatismos.

A questão da globalização, ao contrário do que Conceição diz, não é uma pura armação política, uma pura estratégia política de dominação do império moderno. A mundialização, como dizem os franceses para serem diferentes dos norte-americanos, vem se dando de certa forma desde que o homem surgiu na Terra. A própria expansão da nossa espécie pelo globo afora é um modo de

1. Citado a partir da tradução de Victor Hugo Klagsbrunn que se encontra em REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *O Manifesto Comunista: 150 depois*. São Paulo/Rio de Janeiro, Editora Fundação Perseu Abramo/Contraponto, 1998, p. 11-12.

globalização, de mundialização; parece que essa é uma tendência inata da nossa espécie.

Já houve vários outros impérios que se pretenderam globais: a China antiga, Roma, o próprio império católico da nossa cristandade tinha pretensão universal. Portanto, essa tendência a buscar a unidade do planeta Terra é uma velha aspiração da humanidade e vem se manifestando das mais variadas formas, mesmo antes do capitalismo.

Existe um novo tipo de globalização, que tem características próprias da nossa época e não pode ser reduzido a uma armação política, a uma estratégia política de dominação da Roma moderna. A meu ver, ele é o resultado de uma série de fatores interdependentes. O fator mais importante é político, consequência da crise do capitalismo e do socialismo real, nas décadas de 1960 e 1970, e da luta de classes dentro do capitalismo ou da luta de classes internacional, ou seja, da disputa entre as duas visões – capitalista e socialista –, que levaram a uma crise brutal tanto do lado do socialismo real como do lado do capitalismo, exigindo das forças produtivas, da forma de produzir, da forma de criar e dividir riquezas, recursos cada vez mais sofisticados. Do lado do capitalismo há o desenvolvimento de recursos desse tipo, que foi mais rápido e derrotou o socialismo real.

O segundo fator, consequência do primeiro, é o domínio da técnica, produto de revoluções tecnológicas no campo da comunicação, da informação, do transporte, que deram condições de produzir e criar riquezas de modo completamente diferente do que tínhamos anteriormente, antes da década de 1950.

E há também um terceiro fator, que é a revolução cultural de 1968, que começou nos movimentos estudantis mas depois se tornou claramente um movimento cultural. Não era um movimento econômico. A revolução de 1968 se desdobrou em teses completamente novas, que

passavam por cima e por fora da luta de classes tradicional: a ecologia, o feminismo, o pacifismo e a primazia dos direitos humanos, que são seus quatro maiores frutos.

Então, foi o cruzamento desse três fatores – política, tecnologia e cultura – que construiu essas saídas nas quais hoje estamos imersos, a chamada globalização do final do século XX ou do começo do século XXI.

Articulação internacional – Há algumas tendências importantes nesse tipo de globalização que é preciso identificar. Uma delas é a tendência à mundialização de uma série de fatores econômicos, políticos e sociais, e ao mesmo tempo o reforço simultâneo e paradoxal – ou não-paradoxal – da necessidade da identidade local e da manutenção dessa identidade, com a sobrevivência de grupos, de pessoas, de entidades. Essas duas características são intrínsecas à atual globalização e levam em muitos casos ao despertar de nacionalismos, muitas vezes ultradireitistas. Mas é importante perceber que isso não é contraditório com esse processo de globalização.

Uma terceira característica da globalização atual é o aparecimento de vastas áreas no mundo desconectadas dos interesses do capitalismo global, as quais podemos chamar de excluídas. É o “Quarto Mundo”, são locais em que prevalece uma nova tendência importante, que é, por um lado, a mundialização do crime e, por outro, a construção de comunidades autônomas e independentes que se excluem do processo, caso, por exemplo, dos zapatistas no México, cuja proposta é política, ou do Taleban, no Afeganistão, cujo fundamento é religioso. Porque estão na faixa dos excluídos, eles não afetam e não prejudicam a reprodução do modo de produção novo e globalizado, salvo por ações diretas desesperadas e autolimitadas.

Tenho insistido há alguns anos que não se podem enfrentar as tarefas e os desafios mais importantes, seja em nível local, seja em nível mundial, se não houver uma articulação internacional para discutir e propor saídas a longo prazo. Soluções nacionais, específicas, separadas para problemas desse tipo não são possíveis. Vejamos uma questão essencial para nós: os direitos dos trabalhadores. Se um país como a França, por exemplo, sair na frente implantando as 35 horas de trabalho semanais, pode ter prejuízo econômico. Ou seja, ou a luta pelos direitos trabalhistas, pela manutenção da estabilidade no emprego, do emprego decente, se faz em nível internacional, ou não terá eficácia e sustentabilidade.

O mesmo se dá em relação à defesa do meio ambiente. Qualquer um que faça uma legislação mais rigorosa em defesa do meio ambiente pode ter que arcar com o prejuízo econômico. Portanto, em relação aos direitos dos trabalhadores, à defesa do meio ambiente, ao próprio Estado do bem-estar social e às lutas contra epidemias, contra a fome, e para se ter acesso às tecnologias essenciais para a produção, deve-se buscar uma articulação mundial, com regulações internacionais, que permitam a homogeneização desses tipos de procedimento no mundo. Deve haver, volto a insistir, tanto a perspectiva nacional como a internacional.

Os cenários possíveis diante desse quadro são vários, podemos especular à vontade. A primeira possibilidade é que essa globalização e essa regulamentação vão gerar uma espécie de *pax romana* a serviço dos Estados Unidos, consolidando sua supremacia.

A segunda possibilidade é o cenário dos blocos. Cada grupo de países procura a sua turma e busca, dentro dela, fazer as regulações e lutar comercialmente contra os outros grupos. É o caminho mais curto para a guerra de todos contra todos. Já se viu isso na Europa

no começo do século e parece que ainda hoje é a tendência mais forte – a tentativa de se agrupar –, mas isso vai dar em guerra comercial, um passo para descambar para a guerra propriamente dita!

O terceiro cenário, no qual acredito, apesar de muitos o considerarem utópico, é apostar na possibilidade de dialogar e construir novos caminhos, a partir de um trabalho já feito pela Organização das Nações Unidas (ONU). A própria ONU já é um esforço desse tipo. Com uma ONU democratizada, expandida, ampliada, podemos construir a convivência das nações. É claro que isso só ocorrerá com disputa, com diálogo, em busca da construção de algum tipo de autoridade internacional que seja de fato democrática e em torno da qual se possam estabilizar regulações mundiais, de direitos ambientais, direitos trabalhistas, de saúde, de previdência, ou seja, a construção que eu chamo de Federação Democrática Internacional – a partir do aprofundamento do trabalho da ONU. E, a partir de um horizonte desse tipo, é necessário se reposicionar, reavaliar completamente a estratégia que se vai ter em cada país. Os países, as nações, os Estados nacionais não vão desaparecer. Só pode haver uma Federação de Nações – isso é óbvio – se existirem *nações* como governo, como proposta, como povo, como democracia. Sou a favor de que se lute, se reconstrua e se mantenha a convivência democrática que se construiu em cada país, mas com a perspectiva do entendimento, da interdependência democrática, construída em nível internacional.

Autoridade democrática mundial – Essa proposta, para nós que estamos num ponto excêntrico e periférico, às vezes é difícil de visualizar, mas em nível mundial tal utopia – ter uma autoridade internacional democraticamente construída e, ao mesmo tempo, mais importante ainda, ter uma *cidadania mundial*, com valores, cultura,

organizações independentes (dos trabalhadores, da classe média, das feministas, dos pacifistas, dos ecologistas) se espalhando, atravessando todos os países – é o maior fenômeno da modernidade, algo que está se espalhando com muita rapidez.

Exemplo disso é o Fórum do Milênio, que aconteceu em 2000 na cidade de Nova York. Foram milhares de entidades que formularam uma pauta imensa – desde as questões da mulher, da ecologia, dos direitos sociais, do combate à pobreza, até a questão dos direitos trabalhistas – que está sendo articulada no mundo inteiro para a democratização da ONU. Essa pauta inclui também mudar o Conselho de Segurança – que ainda é um resquício da Segunda Guerra Mundial, com o predomínio da China, dos Estados Unidos e da Rússia –, criar um Parlamento Mundial proporcionalmente representado, ter um Tribunal Penal Internacional, em que criminosos – não Estados, mas criminosos mesmo (ditadores, presidentes, generais, responsáveis por crimes, de genocídio e de agressão à humanidade, contra outros países, contra minorias e alvos civis) – possam ser julgados por um promotor independente, eleito pelo Parlamento Geral da ONU, e não pelo Conselho de Segurança etc.

Há um movimento, no mundo inteiro, em direção à constituição de uma autoridade democrática em nível mundial, que permita “ancorar” os direitos sociais e trabalhistas de forma homogênea e, ao mesmo tempo, colabore para a construção desse movimento pela cidadania mundial, com suas organizações autônomas e independentes.

É claro que o processo de globalização tem um componente econômico fundamental, e que neste campo o capital financeiro, pelas suas próprias características, se apropriou imediatamente das tecnologias modernas e as têm levado às últimas conseqüências – por isso ele está na frente e é predominante. Mas eu insisto: entre a economia, a polí-



tica e o fuzil, o que vamos escolher como caminho para construir uma nova convivência da humanidade? Eu prefiro escolher o caminho do meio: a política. Nem a economia, que é a barbárie, a lei do mais forte – e que estamos vendo predominar nesta globalização financeira atual –, nem o fuzil, que é a lei da violência organizada. Vamos escolher a política, a discussão, vamos escolher construir o entendimento entre as nações, entre a humanidade.

Quero ressaltar que de fato temos de analisar o que foram as revoluções russa, cubana e chinesa, porque elas são as nossas revoluções, são a nossa história, a nossa tradição. Mas também defendo que se analisem as experiências da União Européia, porque lá está se construindo um novo caminho. É claro que ainda prevalecem os interesses econômicos, mas é uma coisa fantástica, porque eram povos que se matavam diuturnamente. A história da Europa é uma história de rivalidades cruéis, e, no entanto, por questão de sobrevivência política e econômica, ali está se construindo um tipo de Estado que não é federação ou confederação, mas uma espécie de Estado interligado, em que o poder local tem uma influência tremenda, em razão do conceito de “subsidiariedade” – ou seja, aquilo que pode ser feito pelo nível local não deve ser feito pelo nível intermediário nem pelo nível global, o que dá ao poder local um grande peso.

Sugiro que em outros seminários estudemos a União Européia, suas formas de gestão, suas formas de convivência econômica, porque me parece que lá pode estar surgindo um novo tipo de administração que pode ser aproveitado pelo mundo inteiro.

Para encerrar, gostaria apenas de dizer uma coisa. Nos últimos anos, assistimos a uma mudança brusca de toda uma legião de pessoas que se diziam socialistas, que dormiam com os livros de Marx e de Mao debaixo do travesseiro. Quando o socialismo real ruíu, elas

deixaram de ser socialistas. Eram tão dogmáticas, seguiam tão à risca aquela “bíblia vermelha”, que quando tal “bíblia” ficou inativa elas a abandonaram, viraram outra coisa qualquer.

Não é o nosso caso. Espero que cheguemos todos à idade da Conceição com o seu mesmo ardor juvenil, defendendo o socialismo. Eu farei isso à minha moda, porque agora, felizmente, não há mais quem pretenda dizer qual é o socialismo verdadeiro e qual o falso.

Comentários

Emir Sader

Globalização e hegemonia norte-americana – Felicito a todos nós por termos feito estes seminários sobre socialismo – afinal, já era tempo. Não fosse por outro motivo, pelo fato de que muita coisa indicava que o século XX seria o século do socialismo, e ele terminou com o socialismo derrotado. Acho que só teremos sentido como partido se formos o partido do socialismo, o partido da ruptura com o capitalismo. Democráticos e liberais, por mais radicais que sejam, há muitos por aí. Estaríamos nadando contra a maré se não buscássemos elaborar projetos alternativos.

As previsões das teorias do imperialismo foram todas acertadas, infelizmente: duas guerras mundiais, contradições interimperialistas, mas um dos desdobramentos foi justamente aquilo que Lukács chamou de “atualidade da revolução” – com a vitória da Revolução Russa. Isso desapareceu com o fim do chamado “campo socialista”. O que quer que pensemos da China e de Cuba, a verdade é que a tarefa atual dos socialistas é lutar para que o socialismo volte a ser uma atualidade histórica, não apenas uma referência doutrinária. E temos muitos elementos para isso. Não só as experiências



derrotadas, não apenas porque foram derrotadas, mas também as suas conquistas, e também temos as contradições múltiplas do capitalismo. Porque, afinal de contas, o socialismo não é uma sociedade utópica, ela nasce como anticapitalismo, como negação e superação do capitalismo. Assim, falar de socialismo antes de tudo é falar do que é o capitalismo hoje.

Ou seja, considero que é nossa tarefa retomar o elo entre capitalismo e socialismo. Em relação ao tema proposto para hoje, tenho a impressão de que ao se falar em “globalização e socialismo” está se pensando na internacionalização capitalista na sua etapa histórica atual e na maneira como retomamos o elo de construção do socialismo.

É fundamental falar de socialismo, mas já seria muito bom se falássemos mais sobre o capitalismo, pois, afinal de contas, é daí que podemos recolher as contradições, os aliados, os inimigos etc. para reconstruir uma alternativa socialista. Temos que insistir em chamar pelo nome o tipo de sociedade que temos, para não perder o contato com a realidade a partir da qual podemos construir uma alternativa.

Eduardo Jorge afirmou que é difícil pensar a solução de qualquer dos principais problemas do mundo sem pensar a sua dimensão internacional. Eu diria mais do que isso: é difícil pensar os principais problemas do mundo de hoje fora da hegemonia atual dos Estados Unidos – como quer que a chamemos. Ou seja, no marco histórico geral, falar de globalização é totalmente insuficiente. Daria a idéia de que é simplesmente um novo marco de internacionalização do capitalismo em escala mundial. Certamente também é. Mas é bobagem ficar comparando a atual situação com a do começo do século. A comparação deve ser feita com o período histórico anterior, em que houve evidentemente políticas regulacionistas de proteção do mercado nacional. Então, em relação a isso, claro que é uma etapa histórica de internacionalização

maior das relações econômicas, mas considero que essa definição é insuficiente, temos que pensar as relações de poder em escala mundial, as relações hegemônicas no mundo atual, o bloco de forças que no mundo, hoje, não é dirigido apenas pelos Estados Unidos – é dirigido por eles, mas engloba também as grandes potências capitalistas. É esse o marco com o qual temos de nos confrontar.

Ou seja, não basta pensar que as soluções são internacionais, mas contra quem temos de lutar para que elas sejam possíveis, tenham o objetivo de defender o emprego, de proteger o meio ambiente e, muito mais do que isso, de construir um mundo novo.

Hegemonia dos Estados Unidos – O que marca o momento atual não é a globalização, é a hegemonia unipolar dos Estados Unidos. É uma obviedade dizer algo assim, mas às vezes deixamos essa questão um pouco de lado. Sem pensar sobre isso é difícil inserir cada temática da maneira devida, com a correlação de forças real que existe. Podemos tender a pensar, em primeiro lugar, em soluções muito fáceis. A democratização da ONU é ótima, mas é preciso avisar os norte-americanos, porque quando eles não têm maioria na ONU, atacam com a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte); se não têm maioria com a OTAN, atacam com a Inglaterra; se não têm o apoio da Inglaterra, atacam sozinhos. A democratização da ONU é uma solução boa, é um objetivo final, mas qual a relação de forças, com quem vamos nos aliar, que espinha dorsal é preciso quebrar para chegar até aí? Isso passa por filtrar relações de poder, relações da mercantilização capitalista em escala mundial. Esse é o marco em que temos de pensar, levando em conta a força do capitalismo norte-americano e tudo o mais, mas também as suas contradições.

Temos de pensar a força do capitalismo do ponto de vista econômico, a força política dos Estados Unidos, a única potência mundial com



interesses em todos os lugares do planeta. Eles demonstraram um grande potencial de unificação política na Guerra da Iugoslávia, argumentando que já não se tratava de interesses econômicos, mas humanitários. Com esse discurso conseguiram convencer grande parte da intelectualidade de esquerda da Europa. Então, os Estados Unidos detêm um potencial político-ideológico extraordinário, assim como uma grande capacidade de unificação – mesmo quando não integram a China e a Rússia, eles as neutralizam, e de alguma maneira acabam por incorporá-las.

Além disso, os Estados Unidos possuem um poderio militar inquestionável. E, como mais um elemento, talvez mais importante do que os anteriores, existe a questão da hegemonia ideológica, a hegemonia dos meios de comunicação no mundo. Os Estados Unidos não fabricam mais aparelhos de televisão, mas produzem 70% das imagens que se vêem no mundo hoje em dia. Ou seja, na verdade exportam valores, modalidades de consumo, critérios estéticos – tudo o que podem. Isso representa uma totalidade cheia de contradições, porém nunca se enfrentou algo tão articulado nos períodos históricos recentes da humanidade. Sem pensar este marco, é difícil imaginar como vamos conseguir nos articular e construir uma força alternativa, anticapitalista.

Claro que não há nenhuma solução mágica. Temos de considerar que os problemas do socialismo no século que passou não estavam em Moscou, Pequim ou Havana, mas em nossa incapacidade de construir uma força anticapitalista e socialista em Tóquio, Nova York, Londres, Paris etc. Portanto, não dá para pensar a questão do futuro do socialismo apenas na sua periferia – se vamos retomar, no melhor dos casos, o drama da Revolução Russa, que, ao não ser resgatada pela revolução na Alemanha ou em algum outro país do centro do capitalismo, ficou sozinha e teve de alguma maneira o seu destino

quase que traçado, do ponto de vista econômico, pelo menos no seu isolamento, ao não se dar a revolução alemã em 1919-1921. Então, temos que pensar uma estratégia que, embora conte com forças essenciais no Sul do mundo, naquela parte que está excluída dos três megamercados mundiais, nos articule de alguma maneira com forças que renasçam no centro do capitalismo.

Alianças internacionais – Podemos começar com coisas muito pequenas: teremos eleição presidencial em 2002, na qual temos chances de obter algum acesso a instrumentos de poder fundamentais, como ainda são os Estados nacionais – no caso do Brasil. A questão de acumular forças em escala internacional começa aqui, pela nossa casa. Na verdade, se tivermos assinado o acordo com o Fundo Monetário, se a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) for estabelecida da forma como está sendo proposta, se não tivermos alternativas de fortalecimento do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e se não encararmos de novo, agora de maneira muito mais dura, a ofensiva norte-americana para consolidar a sua hegemonia na América Latina, o que iremos fazer com a presidência, se eventualmente vencermos em 2002? Não quero reduzir as coisas a isso, mas estes são elementos a mais que se sobrepõem como limitações para construir uma alternativa, eu já nem diria anticapitalista, mas de radicalização da democracia, com uma lógica contraditória com o capitalismo.

Em suma, o drama argentino é o drama brasileiro. Se a Argentina sair da paridade, ela irá ou para a dolarização ou para uma moeda única regional. Tomando isso como um problema deles e não nosso, estamos favorecendo a dolarização, que abrirá o caminho, definitivamente, para a ALCA na América Latina. Então, uma saída óbvia é a estratégia internacional de alianças, mesmo regionais. Sabendo que

o Mercosul é limitado, temos que pensar em alternativas a ele. Mas este deve ser um tema nosso, hoje – e acho que aí o modelo europeu também não serve, é um modelo que começou com a unificação monetária mas pode ter muitas outras dimensões –, e se não encararmos como um problema nosso estaremos, na verdade, criando uma relação de forças extremamente desfavorável para o Brasil no marco internacional.

Mas é claro que a questão da ALCA não é o único tema, embora seja um tema de aliança importante, regional, com prazos determinados, e que vai criar uma correlação de forças muito difícil para nós em escala mundial. Essa é uma questão que não tem a ver com socialismo, mas com resistência à modalidade de internacionalização capitalista, que recairia com uma força brutal sobre nós, porque na verdade o grande butim da ALCA para os Estados Unidos é o Brasil. Então, é um tema imediato. Pensar hoje em resistência à internacionalização capitalista e norte-americana no mundo é pensar, antes de tudo, numa estratégia em nível regional, em nível de fortalecimento imediato do Mercosul e de resistência aos projetos da ALCA.

É claro que o nosso marco de aliança é mais amplo, é o chamado Sul do mundo, que engloba 85% da população do planeta, e no qual se repartem pessimamente 15% dos recursos do mundo. Também é uma estratégia de resistência: não é o mundo pobre, do sul do universo, que vai ter condições de criar sozinho uma sociedade socialista. Mas, se não brecaarmos de alguma maneira as formas de avanço da mercantilização mundial, não teremos condições de acumular forças para depois construir uma alternativa anticapitalista e socialista.

Temos então, em países como a China e a Índia, que se protegem muito mais do que nós desses mecanismos de globalização, aliados importantes, porque, afinal de contas, estas grandes potências do hemisfé-

rio Sul estão todas excluídas, de alguma maneira são vítimas desse processo de globalização mundial. Então, nossa política internacional, nos âmbitos regional e do Sul, é um ponto de apoio fundamental para conseguirmos avançar.

Orçamento participativo e sem-terras – No Primeiro Mundo, temos na França uma variante dentro da social-democracia, que nos interessa basicamente pela política de redução da jornada de trabalho sem redução dos salários, na contramão da chamada “flexibilização laboral”, um dos itens para os quais o pensamento único considerava que não haveria alternativa. Interessa-nos também a resistência francesa ao Acordo Multilateral de Investimentos (AMI). Não acho que os franceses sejam irresponsáveis, menos ainda o capitalismo francês. Com a política de redução da jornada de trabalho, não houve fuga de capitais, ao contrário, chegaram lá capitais da indústria japonesa. É que a taxa de lucro que eles têm é tão grande que não lhes custa tanto, embora a contragosto, reduzir a jornada. Esse modelo, ainda que embrionário, tem elementos que podem ser incorporados ao que deve ser o nosso modelo. Se der certo, contradirá, no centro do capitalismo, as teses da revista *Economist*, do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional. É um tipo de “gestão social da crise”, não apenas porque age pelo lado da diminuição da jornada de trabalho, mas também pela incorporação dos jovens ao mercado de trabalho, da criação de novas profissões subsidiadas pelo Estado; o Estado auxilia pequenas e médias empresas a criar empregos e joga o problema para as grandes empresas negociarem com os trabalhadores. Eu acho que é um marco positivo, não se reproduz tal e qual na periferia, mas creio que é um aliado central que temos que levar em conta. Não é a “terceira via”, não é o modelo “anglo-saxão”, não

é a “flexibilização laboral”, então, acho que é um aliado nosso do qual precisamos terrivelmente, como precisamos da AFL-CIO (American Federation of Labour – Congress of Industrial Organizations), que está com uma direção renovada. Temos que buscar aliados no centro do capitalismo porque, na verdade, é de lá que podem sair referenciais fundamentais para conseguirmos construir uma força alternativa. Os movimentos surgidos da Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos (Attac), que se manifestaram desde Seattle, são, desse ponto de vista, o renascimento de um aliado estratégico para nós no centro do capitalismo.

Existe uma batalha dramática, na qual estamos engatinhando ainda, que é a batalha ideológica no mundo. Os Estados Unidos hoje em dia não impõem apenas uma maquinaria de indústria cultural, mas também valores que contaminaram o mundo inteiro. O tema do “fim da história” não é brincadeira, não é a idéia de que os acontecimentos históricos acabaram, mas de que toda a história, dali por diante, se daria no marco da democracia liberal e da economia capitalista de mercado. E é o que existe hoje no mundo, praticamente. Até a ocorrência das manifestações de Seattle e tudo o que se seguiu, quem resistia à globalização liberal eram Estados fundamentalistas, que fundem Estado e religião.

A França é um Estado nacional, por isso é um exemplo importante para nós, mas o marco histórico que eles desenharam é o da “democracia liberal”. Se incorporarmos e fizermos dessa idéia o nosso marco, estaremos nos subordinando hegemonicamente ao que eles querem. Ou seja, é preciso construir modelos alternativos democráticos. Daí por que as propostas do orçamento participativo são fundamentais, porque se trata de um embrião de reforma democrática do Estado, de socialização da política e do poder. É algo muito mais importante que a simples políti-

ca regional. Está na contracorrente do que acontece no conjunto do Brasil e do mundo, mobiliza a cidadania.

Não adianta quereremos amanhã fazer uma campanha de massa ou ganhar a eleição – e podemos ganhá-la – com essa massa absolutamente desmobilizada. Se vencermos, iremos encontrar uma quantidade enorme de obstáculos nacionais e internacionais para colocar em prática nossas propostas, romper relações de poder, para realizar um programa democrático-popular; com que mobilização, com que consenso ativo vamos contar se não conseguirmos mobilizar as massas? Este é um tema que renova aquela idéia do “modo petista de governar” – que tinha muito mais a ver com a reversão de expectativas. Este é um tema fundamental: democratização estrutural do Estado por meio do orçamento participativo, que é um embrião fundamental e se relaciona justamente com a mobilização que hoje em dia não existe no mundo. No Brasil, vamos lutar contra um grau de desmobilização popular extraordinário, e as prefeituras, os programas de democracia participativa, são o grande mote que temos para a mobilização dos cidadãos. Temos um outro elemento importante, de certa maneira também um elemento alternativo, que são os assentamentos dos sem-terra.

No Brasil, nos anos 90, se conseguimos avançar foi em razão de dois elementos de esfera pública: o orçamento participativo e os assentamentos dos sem-terra. São experiências ainda periféricas, especialmente os assentamentos, mas penso que se não criarmos esses embriões mobilizadores não conseguiremos ter a força social e política para conseguir chegar lá.

Guerra ideológica – Voltando à questão da luta ideológica, o déficit extraordinário que temos pelo menos desde a campanha de 1989 é a ausência, não digo de uma imprensa partidária, mas de uma imprensa de



esquerda que chegue aos formadores de opinião no Brasil. Continuamos hoje, 20 anos depois da fundação do PT, a depender dos espaços que a grande imprensa nos concede, quando concede, da maneira que concede, deformando seu conteúdo da maneira que queira. Hoje temos maneiras de multiplicar isso por meio da virtualidade, mas só para materiais escritos, para formar pessoas que sejam militantes anticapitalistas socialistas. Este é um vazio que não há o que supra, e nós temos condições de superar isso. Temos força suficiente, qualidade suficiente (de jornalistas, de intelectuais, de militantes). Sem isso não vamos criar a nossa força ideológica alternativa. Não estamos formando novas gerações de militantes, não estamos criando combatentes pelo socialismo, anticapitalistas, e até mesmo que lutem pela democracia e pelo movimento popular em geral.

A verdade é que, em escala mundial, hoje em dia, há uma guerra ideológica em que os Estados Unidos nos dão um banho. Econômica, política e ideologicamente. E estamos despreparados em relação a isso. Quais são as nossas teses políticas em relação à democracia liberal, à economia de mercado etc.? Esses temas são fundamentais, sem eles não se quebra a espinha dorsal do capitalismo, não se acumula força alternativa. E ainda mais: às vezes se somam a isso pronunciamentos em nosso partido de que não queremos o socialismo. Então estamos lutando por quê? Melhorar um pouquinho o capitalismo? Essa é a mesma política do Banco Mundial. Vamos melhorar as conseqüências nefastas de uma economia inevitável em uma sociedade que tem de ser essa que está aí?

Temos nesse campo dificuldades enormes. As editoriais internacionais da nossa imprensa são muito ruins! No entanto, todos os grandes argumentos do nosso debate nacional vêm da temática internacional: “Porque o crescimento americano...”, “porque a China...”, “porque a Alemanha...”, “porque a Inglaterra...”, “porque Cuba...” etc. E não temos ins-

trumentos nossos para contradizer isso. O leitor de jornal encontra o quê? Nos editoriais e nos colunistas, argumentos internacionais. Ele não tem informação, não consegue acompanhar os mecanismos para ter uma cultura política geral e poder rebater. No entanto é vítima daquelas campanhas sistemáticas. E não temos a nossa imprensa para dizer: “Não é bem assim que acontece em tal lugar...”. É fundamental termos elementos para o debate ideológico-político.

Estou apresentando este tema porque se não nos armarmos ideologicamente não haverá luta pelo socialismo nunca. Então, sem essa dimensão da luta ideológica, vamos ser puxados pelas “ondas”, pelas temáticas deles, e estamos sendo, na verdade, subordinados ideologicamente também. Temos que dar respostas aos temas imediatos, dizer que queremos um outro tipo de sociedade, um outro tipo de país, um outro tipo de Brasil, mesmo que não tenhamos ainda todos os instrumentos, os elos, para dizer aonde chegaremos. Podemos falar de socialismo. Vamos falar de socialismo. Para sair do neoliberalismo vamos ter de passar por um período transitório, evidentemente, recompor as classes sociais, recompor a capacidade de regulação do Estado, recompor a esfera pública. É um processo de acumulação. Não vamos simplesmente dizer: “Queremos um Brasil socialista”. Vamos falar: “Que Brasil democrático queremos, que Brasil humanista queremos, que Brasil solidário queremos?”. Isso tem faltado para nós.

Felizmente, este não foi um debate sobre um futuro utópico ou uma melancolia do Estado cepalino. Seriam alternativas muito ruins. Aquele Estado não volta e nem devemos nos refugiar num futuro longínquo. Evidentemente, temos que recolher experiências do passado, hoje em dia não há soluções importantes que possam ser implementadas apenas em escala nacional. O Estado nacional continua a ser o momento de articulação da luta política e da luta social, a função essencial de integração,

de incorporação da cidadania é do Estado nacional, mas a nossa estratégia tem que ser internacional, senão vamos estar numa inferioridade brutal em relação ao capitalismo, porque as soluções dele são internacionais. Não é que nossos programas possam ser colocados em prática imediatamente, mas eles têm que apontar nessa direção – mercado de trabalho, proteção do meio ambiente, democratização dos meios de comunicação –, senão vamos estar lutando, na verdade, em função de soluções utópicas, em vez de tentar projetar soluções coordenadas de forma internacional para o futuro.

Cultura política internacional – Sem dúvida, a democratização das Nações Unidas é importante, mas somente se for acompanhada de uma série de questões que tocam em eixos fundamentais, como, por exemplo, acabar com o direito de veto das grandes potências.

Temos, na verdade, que pensar as relações de força: com quem nos aliamos, contra quem e em que circunstâncias.

A Guerra do Kosovo representou uma vitória muito importante para os Estados Unidos porque a Europa se ajoelhou, aceitou fazer um bombardeio da OTAN – e não foi por causa do regime de Milosevic, que de fato era um regime ditatorial e tudo mais. A realidade é que os Estados Unidos conseguiram impor aquela solução e convenceram uma parte importante da intelectualidade e da opinião pública européia, e isso é uma derrota grave, porque nos isola, consolida uma hegemonia norte-americana do pior estilo. E não na linha da negociação, que o Eduardo Jorge propõe, mas na linha do fuzil – no pior estilo possível.

Para concluir, eu diria que está faltando para nós uma cultura internacional – a cultura política hoje, em grande parte, é uma cultura internacional. É saber o que se passa em cada lugar do mundo, pelo menos em relação às experiências mais importantes. Não vamos conseguir avan-

çar se não tivermos uma imprensa que faça um acompanhamento. Por exemplo, ao se noticiar “A Coréia do Sul saiu da crise”, é preciso explicar como isso aconteceu. A grande imprensa noticia como ela entrou em crise, mas qual foi a modalidade adotada, como a Coréia do Sul chegou a ser o “milagre” que prometeram que o Brasil ia ser? Esse acompanhamento é que dá a verdade dos fatos. Mas só noticiam num momento determinado para dizer: “Acabou o ‘milagre’ asiático”. Essa é a nossa responsabilidade: dar aos militantes e à opinião pública em geral a versão histórica, concreta, dos fatos. Senão vamos estar na linha da pós-modernidade, da instantaneidade, que é o que a imprensa acaba por fazer – os *flashes* imediatos.

Intervenções do público

Maria Geralda de Paiva

Acho que o nosso grande desafio é definir qual o socialismo que queremos e como vamos pautar essa discussão, hoje, no partido, que cada vez mais se ocupa só da “agenda eleitoral”. Além disso, é importante nos perguntarmos por que muitos intelectuais que partilham a visão de alguns grupos que estão dentro do PT não têm dado a contribuição que deveriam para a construção dessa visão.

Max Altman

John Gray, um dos ideólogos de Margareth Thatcher, escreveu um livro que se chama *O falso*

*amanhecer*¹, em que faz uma análise muito aprofundada do que ocorreu nesses últimos anos, do que o “globalismo” provocou no mundo. Ele cita, entre outros, o exemplo da Nova Zelândia, que tinha um Estado do bem-estar social bem desenvolvido que foi destruído pela globalização, com o surgimento de bolsões de miséria etc. Diz também que a globalização atingiu o mundo inteiro, mas de uma forma diferente e com resistências em alguns países, como, por exemplo, a China, a Coréia, até o Japão – que tem uma tradição, uma construção de capitalismo distinta, di-

1. GRAY, John. *O falso amanhecer*. Rio de Janeiro, Recod, 2000.

ferente –, e em alguns outros pelo mundo. Então a globalização não se deu com a mesma ênfase, com o mesmo estilo, em todo o mundo.

Como se contrapor a essa globalização? O que ela cria de exclusão, de miséria, de desemprego no mundo inteiro, onde ela surge, é aí que está o “caldo de cultura” para a reação.

É evidente que existem obstáculos muito grandes a serem enfrentados – não só no aspecto ideológico. Eu menciono, talvez como o mais importante, a unipolarização do poder, hoje detido pelos Estados Unidos.

Estou de acordo com a tese levantada por Eduardo Jorge de que deve haver uma articulação mundial prévia para que se possa avançar no sentido de resistir a partir da luta política concreta de determinado país. Nós estamos nos propondo a isso. O PT é uma novidade política no mundo inteiro e se propõe a isso. É uma das suas razões de existência criar uma re-

sistência a esse tipo de modelo político, social, ideológico, econômico que está se instalando no mundo. E existem resistências pontuais. Vou mencionar um país que tem sido muito pouco citado aqui: Cuba. Há 40 anos com bloqueio econômico, concreto, palpável, resiste ideológica e politicamente aos Estados Unidos, que estão a 90 milhas da sua costa. Resiste e cria uma sociedade – que pode ter os seus defeitos –, cria um sistema e uma ideologia diametralmente opostos à globalização.

Há outros países que iniciam um processo de resistência – como a Venezuela – ou reação – como a que houve no Equador e em alguns outros países da América do Sul – ao avanço da globalização.

Não vamos dar por definida essa etapa histórica. Existe a possibilidade de resistir. Como vai ser feita essa resistência é um problema que nos compete. Devemos contribuir para essa resistência mundial, e considero que o papel do PT, num processo histórico de lon-

go prazo, com as conquistas parciais que ele vem obtendo, é importantíssimo no palco mundial antiglobalização e no sentido de uma sociedade socialista – que é uma meta que está mais distante, mas da qual podemos, passo a passo, nos aproximar. Essa é a consideração que eu gostaria de fazer.

Darcy Passos

Sou economista e advogado, duas profissões bem execradas. A economia porque trata da infra-estrutura e o direito porque trata da superestrutura. Então, vivo em mim o dilema dessa ruptura. A intervenção de Maria da Conceição Tavares confirmou a esperança que eu tinha, ou seja, de que na economia – que é uma ciência humana, e não uma ciência exata, embora métodos quantitativistas levem a crer isto – a apresentação de determinadas soluções como as únicas possíveis é uma opção política. Ou seja: é possível forjar da economia soluções aparentemente exatas para convencer os demais,

politicamente, de que a única solução viável é aquela.

Ao mesmo tempo, tenho muito medo quando se esquece o plano da economia. Ele tem restrições. São as opções políticas que vão descobrir no plano amplo da economia quais as mais adequadas para certos objetivos políticos. Há fatos globalizantes no mundo, ninguém negou isso. Só que esses fatos são difundidos de maneira ideológica, como Emir Sader denunciou muito bem, para dar a impressão de que são irreversíveis, incorrigíveis, de que são fatalidades.

Não há nada inevitável para o político. Inevitável é a opção política que transforma a solução econômica opressiva na “salvação”, e isso é o que interessa ao império, como disse Conceição.

Ivan Valente

Gostaria de frisar a importância, como foi lembrado pela mesa, da ampla hegemonia política, econômica e ideológica, hoje, dos Estados Unidos em nível internacional.



Acho que valeria a pena, nessa discussão sobre o socialismo – que é a discussão sobre a negação do capitalismo, a ruptura com ele, a sua superação – e sua relação com a globalização, analisar também o problema dos Estados nacionais e dos projetos nacionais. Parece-me que esta é a grande questão a ser equacionada hoje também pela esquerda. Qual é o papel da discussão de um processo nacional e qual é o papel da luta antiimperialista? Como ela se manifesta hoje? Que papel cumpre um projeto nacional?

Emir Sader explorou muito bem essa idéia, a partir da questão de onde estão os aliados, hoje, de um projeto socialista – inclusive no Primeiro Mundo e em nosso país. Então, atualmente, o que ataca as bases de dominação do império nas lutas que se travam nos países e como se dá a luta antiimperialista? Porque nós já vivemos uma fase an-

terior, um outro momento histórico de luta antiimperialista, em que existia a expectativa – falsa, na minha opinião – de que haveria uma classe interessada nesta luta antiimperialista, um setor da classe burguesa. Acho que isso não existe, esta questão está superada, mas existem tarefas nacionais e democráticas que podem, no momento em que são enfrentadas, causar um processo de aceleração histórica e produzir a movimentação e o surgimento de alternativas socialistas mais adiante, a curto prazo, dado o processo de radicalidade em que a própria dominação imperialista colocou o conjunto das nações subdesenvolvidas.

Então, a minha pergunta para a mesa é esta: como vocês tratariam esta questão especificamente – o projeto nacional e a luta pelo socialismo – e como se dá a luta antiimperialista hoje?

Comentários finais

Um horizonte novo

Eduardo Jorge

Vou tentar comentar as questões levantadas tanto pela mesa como pelos companheiros.

Primeiro, Max Altman: não disse que tinha de haver uma articulação mundial “prévia”. Afirmei que deveria haver uma articulação mundial. E falei também – concordando com a Conceição – que tinha de haver uma construção nacional. Ou seja, não falei em articulação “prévia”, mas sim em uma articulação mundial para ter repercussão efetiva nos nossos esforços de reconstruir o governo, o Estado, a própria nação. Não acredito em solução nacional, isolada. Nenhuma!

Gostaria de fazer alguns comentários sobre a intervenção de Emir Sader. Na questão da “busca dos aliados”, concordo que deve haver uma articulação que inclua o Terceiro Mundo, e até o “Quarto Mundo”, mas também a articulação com o Primeiro Mundo, que nós desprezamos por muito tempo e hoje é a articulação-chave.

O caso da Índia e da China, na questão de aliados no nosso campo, deve ser analisado cuidadosamente. A Índia ser nossa aliada, tudo bem, vamos conversar, vamos discutir. Mas a China, é bem mais complicado. Nós somos vítimas do



dumping social, articulado pelo Estado chinês, que é bancado por uma ditadura. Ou seja, vamos ter como aliado um partido, um Estado, cujo projeto nacional prejudica os cidadãos dos outros países? Que aliado é esse, se somos tratados como adversários? Temos que buscar o diálogo com “gigantes” como esse, mas saber também quais são os objetivos estratégicos desses países e desses governos.

Quanto à questão da França, acho que é corretíssimo lutar pela diminuição da jornada de trabalho. Mas é preciso que a França imediatamente leve esta luta para o Parlamento Europeu, para generalizá-la. Este é o caminho no qual quero insistir: tomar medidas desse tipo só num país é loucura; é necessário imediatamente articular a luta internacional! Se a França faz isso, ótimo, corretíssimo. Aliás, é bom lembrar que muitos não consideram de esquerda o governo francês, alguns pensadores extremados chegam a dizer que ele não passa de um “agente do neoliberalismo” na França.

Termino insistindo nesse ponto: nosso caminho tem de ser o da articulação, da reconstrução, de ter governo, de ter política nacional. A tal “mundialização” ou “globalização”, como queiram chamar, tem o momento de “internacionalização” e o da “afirmação da identidade”, que é a construção nacional. Só pode haver uma Federação Democrática de Nações se houver nações. Não podemos desconhecer nem ficar de fora da articulação que está sendo feita a partir dos encontros que a ONU tem promovido em relação a temas como população, mulher, habitação, desenvolvimento social, meio ambiente, e que estão construindo uma pauta de propostas de mudança. Por exemplo, como resultado do encontro sobre desenvolvimento social foi gerado todo um programa de reorganização e reestruturação da economia e de proteção aos que precisam ser protegidos no mundo inteiro. A pauta está sendo construída também nesses fóruns internacionais. Pode estar aí um horizonte novo. E sem um horizonte nós estamos perdidos na política.

Acumulação de forças

Emir Sader

No Brasil, a questão de um projeto nacional é menos complicada, apesar do grau de desnacionalização da economia, porque, se o país tiver um governo “progressista”, ele vai influenciar, automaticamente, pela sua própria existência, os vizinhos da região, até por seus recursos econômicos, por seu peso, por sua transcendência no conjunto da área. Este tema está colocado, ainda que em nível nacional. Não considero que uma articulação internacional é necessariamente prévia, mas faz parte da estratégia de um partido de esquerda, de um governo de esquerda, como elemento fundamental, a questão das alianças internacionais, da acumulação de forças internacional.

Sobre a questão da França, a crítica que setores da esquerda fa-

zem ao governo Jospin diz respeito a sua timidez, mas ele está no caminho correto, quer dizer, o caminho de desmitificar a idéia de que o desemprego é resultado de avanços tecnológicos. Tecnologia não desemprega ninguém, tecnologia diz que uma mercadoria pode ser produzida com menos horas de trabalho, portanto pode-se mandar metade das pessoas embora – como se costuma fazer –, ou diminuir a jornada, ou dobrar a produção.

Portanto acho que esse é o tema essencial. Então o caminho, no qual se está avançando, é esse: reduzir a jornada de trabalho, socializar um bem que não pertence à burguesia, pertence aos técnicos e à experiência da classe trabalhadora.



Nós estamos na resistência

Maria da Conceição Tavares

Não sou apenas uma economista política, sou uma crítica da economia política, e tenho feito uma boa força nesse sentido. Fui da economia política quando era da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), mas já a deixei há muito tempo, e tenho feito a crítica sistemática de algumas de suas teses. Estudei todas as experiências comparadas de desenvolvimento econômico, social e político que pude, inclusive a da China. Então, a única coisa que quero dizer aos senhores, eu que fui durante anos das Nações Unidas, é que se trata de ingenuidade dizer que a salvação está nas Nações Unidas, que dali vai surgir uma nova pauta mundial. A pauta já surgiu há muito tempo, mas tudo que não interessa aos Estados Unidos é vetado ou ignorado na ONU. Temos um Tribunal

Internacional, mas ele não pode julgar o caso Pinochet porque não está constituído no plano do direito internacional, porque os Estados Unidos são contra etc. Além disso, as Nações Unidas não funcionam melhor porque têm poucos recursos e uma desproporção entre a Assembléia Geral e o Conselho de Segurança. Os Estados Unidos eram o maior contribuinte da ONU, no entanto não pagam mais às Nações Unidas, e o centro imperial não leva em conta as decisões da ONU ou de outros fóruns internacionais sobre ecologia, movimento de mulheres, racismo e outros temas que estiveram na agenda de Seattle. Vale dizer: das múltiplas redes que acreditam numa resposta da cidadania global aos males da globalização.

Um breve comentário sobre uma observação de Emir Sader: não é

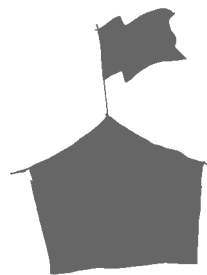
que não há imprensa de esquerda no Brasil, ao contrário, há uma brutal proliferação da imprensa de esquerda. Mas ela está dispersa e atinge apenas pequenos segmentos da sociedade ou mesmo do PT. A concentração de poder da grande mídia está respondendo à concentração de poder e à centralização do capital descrita por Marx como tendência, acompanhada pela dispersão dos mais fracos.

Em relação à França, quero dizer que ela é o único Estado nacional de tradição européia que nunca, em nenhuma circunstância, comprou ideologicamente a tese do neoliberalismo, que foi capaz de retomar a tese do pleno emprego e do keynesianismo, quando supostamente Keynes estava morto. Sempre soube que o Estado nacional tinha que lidar com os problemas dos seus “cidadãos”.

Sobre a China: a razão pela qual os chineses conseguem vender seus produtos a preços irrisórios não é apenas a superpopulação do país, mas sim a taxa de câmbio

chinesa, que é a mais desvalorizada do mundo, *vis-à-vis* qualquer das moedas internacionais de transação. Além disso, a China não tem mercado livre de trabalho, exceto justamente nessas desgraçadas zonas de exportação, onde o trabalho não somente não é livre como é quase escravo. E é isso que vai comê-la por dentro. Com tudo isso, piorou a distribuição de renda. É claro! Lá, como em toda a parte, a distribuição da renda e da riqueza piorou por causa dessa onda de globalização recente.

Quanto à pauta que o Eduardo Jorge citou como exemplo de uma “nova pauta global”, é a mesma dessa “pseudoelite ilustrada” que se chama terceira via, da qual Bill Clinton era o chefe, Tony Blair o coadjuvante e Fernando Henrique o “profeta”. Alguns tiveram a cara-de-pau de propor uma “nova esquerda socialista” com essa mesma “pauta global”, mas defendendo as políticas e “reformas” neoliberais.



Vamos nos entender: o que realmente vai nos sobrar como aliados na pauta ecológica são as ONGS norte-americanas e de alguns países do norte da Europa, não vai sobrar mais nada. A China não quer a pauta ecológica – nunca quis. Mas quer a pauta da defesa dos seus interesses. É pouco? Não, não é pouco. Não é nossa aliada para o socialismo, mas para encontrar um espaço temporário na luta dos “fóruns multilaterais” contra o neoliberalismo.

Por que não imitamos os norte-americanos naquilo que eles têm de democrático e só imitamos aquilo que eles têm de mercantil e de autoritário? Essa é a questão. Não temos que imitar ninguém. Temos, em todos os países do mundo, que escolher coisas, lutas concretas de cada país, e nos aliar àquele tema da luta concreta.

O que estou falando é o seguinte: nós temos uma pauta carregadíssima no plano nacional e regional de movimentos sociais e de lutas sociais concretas. Eu acho que

o PT tem bancado a luta social, por mais que alguns militantes achem que isso não ocorre. Quero ressaltar uma coisa: nós estamos na resistência. Nunca, ouçam, nunca nenhum dos impérios conhecidos até hoje teve o poder de dominação que os Estados Unidos têm. Temos que levar toda a pauta nacional e internacional, isso é óbvio, mas temos que identificar em cada caso os adversários principais e os aliados para cada pauta e ter prioridades. As nossas prioridades são populares, democráticas e nacionais. Imagino que saindo do plano da “ideologia”, e baixando à agenda concreta, esta venha a ser a da maioria do PT. Não existe nenhum aliado no mundo polarizado e assimétrico, em termos geoeconômicos e geopolíticos, em condições de conduzir uma luta hegemônica contra os Estados Unidos. Já houve um, perdeu! Aliás, começou a perder a hegemonia moral do campo socialista com as revelações do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética nos anos

50, e no plano geopolítico nos anos 60, quando rompeu com a China. Aquela foi a primeira grande fratura do bloco socialista.

A divisão internacional do trabalho proposta pelos Estados Unidos estabelece que nós não podemos ser países industriais autônomos, só o que eles querem. Então a China agora pode? Os cientistas norte-americanos mais críticos dizem que o caso da China é de “desenvolvimento capitalista a convite”. Inclusive nas armas e no dinheiro interno?!

Emir Sader tem razão. Se não conseguirmos uma imprensa nossa, que informe os militantes, e se os militantes não desenvolverem o hábito de ler, o debate ficará mais difícil, em particular o do socialismo, e também o do entendimento do capitalismo contemporâneo.

Olhem o que foram as grandes revoluções industriais e comparem com isso que está aí, a tal Nova Economia. Imagine se a questão de o mercado financeiro estar globalizado se resumisse ao fato

de que agora existem computadores. Quando existia telégrafo não era o mesmo movimento, ao tempo da *pax* britânica e do padrão libra-ouro? Vocês acham que a internacionalização das telecomunicações depende dos computadores? Não!

Minha crença num mundo melhor pode ser caracterizada assim: um, crítica; dois, desejo, que envolve em conjunto o “pessimismo da razão e o otimismo da vontade” (política não-individual); três, é preciso traçar um caminho com horizonte de longo prazo sempre acompanhando a análise de conjuntura. O meu instrumento crítico fundamental é a crítica da economia política acompanhada da geografia e da história como fundamentais para a compreensão do presente. Na política temos que usar nosso poder local para fazer transformações. Não é apenas o orçamento participativo; é a radicalização da democracia – a invenção de um novo direito. Nisso estou com o Tarso Genro. Não concordo com ele é na idéia

de pegar o local e extrapolar para o internacional, minimizando o poder nacional. Que eu saiba, em âmbito internacional domina a mercantilização, o poder do impé-

rio e do dinheiro. E o dinheiro não está necessariamente na mão do império, apenas. Com isso estou de acordo. E é daí, entre outras contradições, que vai vir a crise.

Encerramento do primeiro ciclo dos seminários Socialismo e Democracia

Antonio Candido

Foi muito animadora a maneira pela qual decorreram as atividades desta primeira fase do seminário Socialismo e Democracia, porque houve muita liberdade de pensamento e uma variedade de pontos de vista que me parece muito saudável.

Além disso, deve ser assinalado como positivo o respeito mútuo entre os opositores, comentadores e debatedores sem prejuízo da vivacidade, sem prejuízo das divergências, cada um ouviu as razões do outro. E isso reforça a nossa convicção de que a melhor maneira de chegar a algum resultado válido é levar em conta as diferenças de opinião e assegurar o direito que cada um tem de exprimir estas diferenças.

É claro que tolerância não significa adesão mecânica aos pontos de vista alheios. Tolerância é simplesmente o esforço para compreendê-los e a disposição para criticá-los, analisá-los e debatê-los. Essas atitudes contribuem muito, sem dúvida, para desenvolver a consciência crítica, que é o que seminários como este pretendem no partido.

Como foi possível ver, os participantes destas mesas, tanto expositores como comentadores, pertenciam a grupos muito diferentes de opinião*. Isto foi planejado. O nosso partido é um partido diversificado e a nossa

* Ver na página 71 o programa completo do primeiro ciclo de seminários e seus participantes.

idéia é que nestes seminários, e nos próximos, devem ser recrutados representantes de todas as tendências possíveis do partido. E mesmo aquelas que não existem oficialmente, mas que constituem, às vezes, manifestações individuais.

Terminando, em caráter um pouco pessoal, queria aproveitar para fazer um esclarecimento, por causa de uma certa tendência que está começando a se manifestar, tanto oralmente como na imprensa. É a de que eu teria sido a figura central e o principal planejador destes seminários. Não é verdade. Nós trabalhamos com uma base de troca permanente de idéias, mas eu diria até que o meu papel foi mais de anfitrião, mesmo porque no caso de um seminário em que predominam os temas de política, de economia, de sociologia, um crítico literário não é a pessoa mais indicada para comandá-lo. De maneira que fui praticamente um anfitrião. Eu diria até que fui uma espécie de maestro de banda de música do interior, que não sabe muito bem o que a banda está tocando mas continua a regê-la assim mesmo, compreendem? Eu diria que quem montou o “coreto”, quem escolheu o “repertório”, quem sugeriu os “executantes” foram, sobretudo, os companheiros Francisco de Oliveira, Paul Singer e Paulo Vannuchi. E nós quatro, cordialmente reunidos, queremos declarar que procuramos corresponder o melhor possível à confiança dos que promoveram estes encontros.

Sobre os autores

MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES nasceu em Portugal, em 24 de abril de 1930, e tomou a cidadania brasileira desde 1957. Tem dois filhos e dois netos. É matemática, economista, doutora e livre docente pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora titular (aposentada) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professora emérita da UFRJ (aposentada). Consultora Econômica de diversas instituições nacionais e internacionais. Professora visitante por diversas vezes no Chile e no México. Diretora do Instituto de Economia Industrial (IEI/UFRJ), 1986-88, presidente do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro (IERJ) por dois mandatos. Recebeu o Prêmio Visconde de Cairú/UFRJ, em 1960, e várias comendas do Brasil e de Portugal. É autora de vários livros, centenas de artigos em periódicos e revistas especializadas e, desde junho de 1993, colaboradora regular do jornal *Folha de S. Paulo*. Foi eleita deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores/RJ para a 50ª Legislatura, no período 1995-99.

EMIR SADER nasceu em 1943 na cidade de São Paulo. Formou-se em filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), onde obteve também

o mestrado em filosofia política e o doutorado em ciência política. Publicou, entre outras obras, *Século XX: Uma biografia não autorizada – O século do imperialismo* (Editora Fundação Perseu Abramo); *Estado e política em Marx* (Cortez); *A transição no Brasil: da ditadura à democracia?*; *Cuba, Chile e Nicarágua: o socialismo na América Latina e Que Brasil é este?* (Atual); *O poder, cadê o poder?* (Boitempo); *O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil* (Brasiliense). É coordenador do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

EDUARDO JORGE MARTINS ALVES SOBRINHO nasceu em 1949, em Salvador, Bahia. Antes de residir em São Paulo, onde está domiciliado desde 1971, morou no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e na Paraíba. Médico sanitарista, é casado e tem seis filhos.

Militante nos movimentos populares (saúde, habitação, desemprego, meio ambiente, etc.) na questão sindical, na construção de um sistema de Seguridade Social no Brasil e na organização do PT, foi deputado estadual, constituinte e deputado federal pelo PT. Foi líder da bancada na Câmara Federal em 1992 e secretário de saúde no governo Luiza Erundina, na prefeitura de São Paulo (1989-92).

Em 2001 se licenciou de seu mandato de deputado federal (PT-SP) para assumir novamente o cargo de secretário municipal de saúde de São Paulo na gestão de Marta Suplicy.

Programa dos seminários Socialismo e Democracia realizados no primeiro semestre de 2000

Os seminários foram promovidos pelo Instituto Cidadania, pela Fundação Perseu Abramo e pela Secretaria Nacional de Formação do Diretório Nacional do PT

10 de abril – Socialismo no ano 2000 – uma visão panorâmica

Expositora: Marilena Chaui

Debatedores: Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Garcia

24 de abril – Economia socialista

Expositor: Paul Singer

Debatedor: João Machado

8 de maio – O indivíduo no socialismo

Expositor: Leandro Konder

Debatedores: Frei Betto e Lula

22 de maio – Instituições políticas no socialismo

Expositor: Tarso Genro

Debatedores: Edmilson Rodrigues e José Dirceu

5 de junho – Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo

Expositor: Francisco de Oliveira

Debatedores: João Pedro Stedile e José Genoino

19 de junho – Globalização e socialismo

Expositora: Maria da Conceição Tavares

Debatedores: Eduardo Jorge e Emir Sader

Leia também da coleção
Socialismo em discussão

Orçamento participativo e socialismo
Olívio Dutra e Maria Victoria Benevides

Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo
Francisco de Oliveira, João Pedro Stedile e José Genoino

Economia socialista
Paul Singer e João Machado

O indivíduo no socialismo
Leandro Konder e Frei Betto

Instituições políticas no socialismo
Tarso Genro, Edmilson Rodrigues e José Dirceu